

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2012/2013

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SC001011/2012

DATA DE REGISTRO NO MTE: 29/05/2012

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR023163/2012

NÚMERO DO PROCESSO: 46304.001058/2012-07

DATA DO PROTOCOLO: 29/05/2012

SIND TRAB EMPRESAS TRANSP RODOV DE PASSAGEIROS DE JLE, CNPJ n. 81.159.931/0001-39, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RUBENS MULLER;

E

GIDION S/A - TRANSPORTE E TURISMO, CNPJ n. 84.704.295/0001-77, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). CARLINHO BOGO e por seu Diretor, Sr(a). MOACIR LUIZ BOGO;

TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA, CNPJ n.

84.697.051/0001-04, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). HUGO

FRANCISCO HOFFMANN e por seu Diretor, Sr(a). VILMAR HARGER;

PASSEBUS ADMINISTRADORA LTDA, CNPJ n. 04.267.853/0001-45, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). MOACIR LUIZ BOGO e por seu Diretor, Sr(a). VILMAR HARGER;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2013 e a data-base da categoria em 1º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos trabalhadores e condutores de veículos, fiscais, trocadores e escritórios, oficinas, e manutenção em geral nas empresas de transportes rodoviários e urbanos, intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros, e transporte de passageiros de turismo e fretamento.**

Parágrafo Único: Ressalvados os aspectos relativos aos salários, os quais serão revistos nas datas-bases, ou a qualquer tempo, no consenso das partes, as condições gerais de trabalho previstas neste instrumento vigorarão no período compreendido entre 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro do ano de 2013, relativamente às cláusulas sociais. A revisão salarial ocorrerá anualmente, fixando-se a data-base em 1º de janeiro, com abrangência territorial em Araquari/SC, Balneário Barra do Sul/SC, Barra Velha/SC, Campo Alegre/SC, Garuva/SC, Itapoa/SC, Joinville/SC, Rio Negrinho/SC, São Francisco do Sul/SC e São João do Itaperiú/SC, com abrangência territorial em Joinville/SC.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - REMUNERAÇÃO.

Excluídas as funções indicadas na cláusula seguinte e nas demais cláusulas do presente instrumento, as empresas concederão aos seus empregados, em 01.01.2012, o reajuste de 7% (sete por cento), a incidir sobre a remuneração vigente em 31.12.2011.

Parágrafo único: Ficam integralmente reconstituídos os salários até 31.12.2011, pelo quanto disposto na presente cláusula e nas seguintes.

CLÁUSULA QUARTA - REMUNERAÇÃO:MOT.,AG.DE BORDOS,COBR.ROD.,ATEND.GUICHE E PORTEIROS.

A partir de 01.01.2012, os empregados nas funções abaixo indicadas, que cumpram a carga semanal de 44 horas, receberão o seguinte conjunto remuneratório:

GIDION S/A TRANSPORTE E TURISMO

FUNÇÃO	SALÁRIO-BASE	INTRAJORNADA	GRATIFICAÇÃO+ PRESTAÇÃO DE CONTAS mensais (*)	TOTAL
Motorista Urbano	R\$ 1.177,00	R\$ 206,00	R\$ 77,00	R\$ 1.460,00
Motorista - Veículo Leve Urbano (até 10mt)	R\$ 1.063,00	-	R\$ 77,00	R\$ 1.140,00
Motorista Turismo e Fretamento Veículo até 20 passageiros	R\$ 1.006,00	R\$ 75,00		R\$ 1.081,00
Motorista- Turismo C/P	R\$ 6,21	-	-	R\$ 6,21 p/h + horas a disposição
Motorista- Turismo S/P	R\$ 6,21	-	-	R\$ 6,21 p/h + horas de sobre-aviso
Atendentes de Guichê e Porteiros	R\$ 710,00	-	-	R\$ 710,00

TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTÔNIO LTDA.

FUNÇÃO	SALÁRIO-B ASE	INTRAJORNADA	GRATIFICAÇÃO + PRESTAÇÃO DE CONTAS mensais (*)	TOTAL
Motorista – Urbano	1.177,00	206,00	77,00	1.460,00
Motorista - Veículo Leve Urbano (até 10mt)	1.063,00		77,00	1.140,00
Motorista Turismo e Fretamento - Veiculo até 20 passageiros.	1.006,00	75,00		1.081,00
Cobrador Rodoviário	612,00	98,00	-	710,00
Agente de Bordo e Porteiro	612,00	98,00	-	710,00

Descontos Salariais

CLÁUSULA QUINTA - DESCONTOS SALARIAIS.

Ressalvados os descontos previstos em lei ou acordo, é vedado às empregadoras, na forma do que dispõe o art. 462, da CLT, efetuar quaisquer outros descontos salariais, salvo prévia e expressa concordância do empregado que se dará mediante assinatura de vale, ou em consequência de falta grave decorrente da inobservância de norma disciplinar.

§1º - Os motoristas que estiverem com a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) vencida há mais de 30 (trinta) dias, ou que não estiverem de posse das respectivas habilitações, seja por

extravio ou qualquer outro motivo imputável ao empregado, terão descontados do salário os dias em que permanecer nesta condição, tendo em vista a impossibilidade legal do exercício da função a que foram contratados.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA SEXTA - REMUNERAÇÃO DO INTERVALO INTRAJORNADA.

Aos Motoristas, Agentes de Bordo, Cobradores Rodoviário e Porteiros cuja jornada exceda a 6:00 (seis) horas diárias e aos quais não seja possível a concessão do intervalo intrajornada ou quando haja concessão parcial, em decorrência da natureza contínua e ininterrupta do serviço, perceberão um adicional no valor de R\$ 206,00 (duzentos e seis reais) para os Motoristas e R\$ 98,00 (noventa e oito reais) para os Agentes de Bordo e Porteiros da Transtusa a partir de 01 de janeiro de 2012.

§1º - Aos Motoristas, Agentes de Bordo, Cobradores Rodoviário e Porteiros a quem, por força das peculiaridades resultantes da natureza do serviço, as Empregadoras concederem até dois intervalos intra-jornada, perceberão um adicional de R\$ 206,00 (duzentos e seis reais) para os Motoristas e de R\$ 98,00 (noventa e oito reais) para os Agentes de Bordo e Porteiros da Transtusa a partir de 01 de janeiro de 2012.

§2º - Os adicionais previstos na presente cláusula, dessa seção, são de caráter remuneratório e não cumulativos, através do que as partes consideram por transação, regularizada esta situação para todos os fins de direito.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA SÉTIMA - 13º SALÁRIO.

As empregadoras quitarão o décimo terceiro salário, sempre o mais tardar até o dia 20 de dezembro. Integra o valor do décimo terceiro salário a média das horas extras, do adicional noturno, do adicional de insalubridade, do adicional de periculosidade, bem como todas as verbas de caráter remuneratórias.

Gratificação de Função

CLÁUSULA OITAVA - GRATIFICAÇÃO - MOTORISTAS.

Resta estabelecido que, os valores pagos a título de “Salário-Base”, “Remuneração Intervalo Intra-Jornada”, “gratificação pela venda de passagens embarcadas” e “prestação de contas”, verbas previstas abaixo, passarão a compor o conjunto remuneratório do motorista que os

receberem, servindo para fins de cálculo das horas extras.

§ 1º - Aos motoristas que eventualmente venham a efetuar vendas de passagens a bordo, em favor de usuários que não portem bilhetes ou cartão inteligente, será pago o adicional mensal de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), a partir de 01 de Janeiro de 2012, a título de “gratificação pela venda de passagens embarcadas”, que integrará a remuneração para todos os efeitos legais, sem que isto caracterize dupla função.

§ 2º - As eventuais vendas de passagens, efetuadas pelos Motoristas a bordo, deverão ser feitas obrigatoriamente com o veículo parado, visando à segurança do próprio condutor e dos usuários do transporte coletivo urbano.

§ 3º - Aos motoristas que eventualmente venham a efetuar vendas de passagens a bordo, também será pago o adicional mensal de R\$ 52,00 (cinquenta e dois reais), correspondente ao tempo despendido no acerto de contas e registro do “cartão inteligente” do sistema PASSEBUS, no final da jornada, como sendo de 15 (quinze) minutos diários, que não serão computados como hora de trabalho, a título de “prestação de contas”, que integrará a remuneração para todos os efeitos legais.

§ 4º - Ao motorista lotado no denominado “Transporte Eficiente”, assim entendido aquele feito em veículo especificamente destinado a portadores de deficiência, serviço este estabelecido pelo Decreto Municipal nº 9.561/2000, fica assegurada, **além do salário base de sua função**, exclusivamente a percepção de uma gratificação especial, no valor de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) por mês ou R\$ 10,67 (dez reais e sessenta e sete centavos) por dia, gratificação só devida e paga quando na efetiva execução do trabalho aqui especificado.

§ 5º - O conjunto remuneratório composto na presente cláusula será anotado em CTPS, sendo que as empregadoras detalharão as respectivas rubricas e valores nos comprovantes salariais mensais.

CLÁUSULA NONA - PLANO DE CARREIRA PARA MOTORISTAS.

Fica instituído, à partir de 1º de janeiro de 2012, o PLANO DE CARREIRA aos empregados admitidos na função de motorista nas empresas e aos que doravante venham a ser, de acordo com os parágrafos *infra*, tendo como marco inicial para fins de contagem do tempo de serviço a respectiva data de admissão dos motoristas nas empresas ou a data de alteração para a função de motorista no caso dos empregados admitidos em função diversa:

§1º - Para os empregados motoristas que contam(rem) com 3 (três) ou mais anos de trabalho na empresa até 6 (seis) anos incompletos, será pago um valor mensal equivalente a 2% (dois por cento) do valor total do conjunto remuneratório, previsto na Cláusula Quarta, do presente instrumento coletivo, percebido pelo empregado;

§2º - Para os empregados motoristas que contam(rem) com 6 (seis) ou mais anos de trabalho na empresa até 10 (dez) anos incompletos, será pago um valor mensal equivalente a 3% (três por cento) do valor total do conjunto remuneratório, previsto na Cláusula Quarta, do presente instrumento coletivo, percebido pelo empregado;

§3º - Para os empregados motoristas que contam(rem) com 10 (dez) ou mais anos de trabalho na empresa até 15 (quinze) anos incompletos, será pago um valor mensal equivalente a 4% (quatro por cento) do valor total do conjunto remuneratório, previsto na Cláusula Quarta, do presente instrumento coletivo, percebido pelo empregado;

§4º - Para os empregados motoristas que contam(rem) com 15 (quinze) ou mais anos de trabalho na empresa até 20 (vinte) anos incompletos, será pago um valor mensal equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do conjunto remuneratório, previsto na Cláusula Quarta, do presente instrumento coletivo, percebido pelo empregado;

§5º - Para os empregados motoristas que contam(rem) com 20 (vinte) ou mais anos de trabalho na empresa, será pago um valor mensal equivalente a 6% (seis por cento) do valor total do conjunto remuneratório, previsto na Cláusula Quarta, do presente instrumento coletivo, percebido pelo empregado;

§ 6º - Os valores de que tratam os parágrafos desta cláusula tem caráter não cumulativo e natureza salarial, integrando a remuneração para todos os fins de direito.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL NOTURNO.

Nas viagens noturnas, assim consideradas as realizadas entre as 22:00 (vinte e duas) e às 05:00 (cinco) horas, a remuneração será acrescida de 20% (vinte por cento), referente o pagamento do adicional noturno e terá a redução da hora trabalhada de 60 (sessenta) minutos para 52m:30s (cinquenta e dois minutos e trinta segundos).

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TICKET ALIMENTAÇÃO.

A partir de 01.01.2012, o “ticket alimentação” será de R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais), por mês efetivamente trabalhado, pago a todos os funcionários associados do Sindicato e abrangidos pelo presente Acordo Coletivo, autorizado o desconto mensal de R\$ 2,00 (dois reais) a partir de 01 de janeiro de 2012.

I - O benefício acima especificado não tem natureza salarial, não se integrando à remuneração para quaisquer efeitos, sendo regulado pelo PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador).

II - Os descontos aqui especificados ficam autorizados pelo presente instrumento, independente de qualquer outra formalidade.

III – Em concedendo a Empresa a possibilidade de feitura das refeições em seu próprio refeitório, fica também assegurado o desconto do empregado de 50% (cinquenta por cento), do

custo efetivo da referida refeição.

IV - Os empregados exercentes de funções nas sedes das empregadoras, ligados as atividades de administração e manutenção da frota, poderão fazer suas refeições nos refeitórios de cada uma delas, a preço de custo ou através do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) de acordo com as normas internas. Excepcionalmente, mediante prévio aviso, faculta-se o uso do benefício a qualquer empregado que esteja na sede das empresas por necessidade do serviço.

V – O valor estipulado para vigor a partir de 01.01.2012 é estabelecido com fundamento no inciso XXVI, da CF, sem direito adquirido a qualquer outro valor anteriormente estabelecido por norma individual ou coletiva.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS BENEFÍCIOS.

Além dos benefícios previstos em lei, as empregadoras proporcionarão aos empregados associados do sindicato, ao longo do período a que se refere este acordo, os benefícios a seguir enunciados e regulamentados, os quais não constituirão parte integrante da remuneração:

I - Transporte Gratuito - As Empregadoras concederão a todos os seus empregados o transporte local gratuito, em todas as linhas de transporte coletivo urbano mediante simples apresentação, aos operadores, do respectivo crachá de identificação funcional, sem qualquer limitação.

II – Seguro de Vida em Grupo – A todos os empregados que forem admitidos, será oferecida no ato da assinatura do contrato de experiência, a possibilidade de participarem de um contrato de Seguro de Vida em Grupo. Os empregados que pretendam desistir do benefício deverão manifestar por escrito esta intenção, junto aos setores de pessoal das empresas ou ao sindicato.

III – Exame de Vista e Fornecimento de Óculos – Qualquer empregado que for admitido terá direito, no ato da admissão, a exame de acuidade visual gratuito nas óticas credenciadas pelas empregadoras, mediante a apresentação de uma autorização específica obtida nos setores de recursos humanos ou no ambulatório. Havendo necessidade de confecção e uso de óculos, estes serão imediatamente liberados aos usuários, os quais poderão pagá-los em até três prestações mensais, com o desconto em folha de pagamento. O benefício é extensivo a todos os dependentes dos empregados associados.

IV – Assistência Odontológica – As empresas manterão ambulatorios odontológicos em suas respectivas sedes para atendimento de todos os seus empregados e dependentes, os quais pagarão somente os materiais utilizados a preços de custo. Para a utilização dos serviços, ressalvados os casos emergenciais, as consultas e serviços devem ser marcados antecipadamente nos respectivos ambulatorios. As empresas poderão cobrar multa pelas faltas injustificadas as consultas marcadas.

V – Assistência Médica – As empresas manterão também ambulatorios médicos em suas respectivas sedes administrativas, para atendimento gratuito de todos os seus empregados, para consultas, tratamentos de menor complexidade, curativos, acompanhamentos médicos.

VI – Convênio/Plano de Saúde – É facultado às empregadoras, ao longo do período convencional, aderirem ao convênio celebrado pelo Sindicato para prestação de Assistência Médica, Exames Laboratoriais, Cirurgias de Pequeno Porte e Atendimentos Urgentes a todos os seus associados, o qual passa a ser extensivo para o uso facultativo de todos os empregados associados e seus dependentes, até o limite de 18 anos. Os serviços serão prestados por profissionais e nos estabelecimentos credenciados pelo Sindicato e pelas Empregadoras e poderão ser utilizados pelos usuários. O custo dos serviços será o previsto na tabela da AMB (Associação Médica Brasileira) e será subsidiado na proporção de 50% (cinquenta por cento) pelas empregadoras e 50% (cinquenta por cento) pelos empregados associados. As cirurgias de pequeno porte ficam limitadas ao valor de 3.000 CH's por procedimento, devendo o respectivo valor ser repassado ao Sindicato como gestor do Convênio/Plano de Saúde.

VII - O Sindicato como gestor do Convênio/Plano de Saúde, obriga-se a repassar, mensalmente, nos seus respectivos vencimentos, os valores devidos aos estabelecimentos conveniados, sob pena de multa de 10 (dez) salários mínimos por credenciado não pago. Em caso de não atendimento aos funcionários por falta de pagamento, desde que comprovado o repasse das empresas ao sindicato em tempo hábil, ficam estas autorizadas a não repassar mais nenhuma verba ao sindicato em quanto não seja regularizada a situação financeira dos convênios. Neste caso ficam as empresas autorizadas a efetuarem os respectivos pagamentos diretamente aos conveniados.

VIII – Convênio Aquisição de Medicamentos – Os medicamentos adquiridos pelos empregados e seus dependentes filiados, que forem prescritos através de receita dos médicos pertencentes ao quadro funcional das empregadoras, ou emitidos pelos médicos filiados ao convênio a que se refere o item VII acima, serão subsidiados em 50% (cinquenta por cento) pelas empregadoras, arcando os empregados com os restantes 50% (cinquenta por cento), devendo o respectivo valor ser repassado ao Sindicato como gestor do Convênio.

IX - Assistência Jurídica - Quaisquer empregados ou ex-empregados que houverem sido indiciados em ação penal em consequência de ato cometido em serviço terão direito a defesa judicial gratuita, através do Departamento Jurídico das Empregadoras, até a última instância recursal, se for o caso.

X - Licença Para Revalidação de Carta de Motorista - As empresas concederão licença remunerada aos motoristas para revalidação de suas respectivas carteiras de habilitação profissional, limitada a dois dias.

XI - Licença Paternidade - Todo Empregado terá direito a 5 (cinco) dias consecutivos de licença remunerada, contados a partir do dia do nascimento do filho, inclusive. Se o nascimento ocorrer durante o dia do repouso semanal remunerado a licença será concedida a partir do primeiro dia útil seguinte.

XII – Corte de Cabelo Mensal Gratuito - Extensivo a todos os empregados, uma vez por mês, bastando que compareçam aos cabeleireiros credenciados pelas empregadoras e identifiquem-se mediante a apresentação de crachá. O barbeiro do Sindicato fica credenciado para a execução dos cortes de cabelo, em igualdade de condições com os demais cabeleireiros credenciados.

XIII - Auxílio Funeral - As empregadoras pagarão ao cônjuge sobrevivente ou aos herdeiros de qualquer empregado que houver falecido sob quaisquer circunstâncias e não coberto por seguro, mediante a simples apresentação do atestado de óbito, um auxílio-funeral correspondente a um salário-base da função por ele exercida.

XIV - Empregados Estudantes - As faltas ao serviço de empregados estudantes para a prestação de exames-vestibulares serão abonadas pelas empresas desde que comprovadas logo em seguida com exibição de documentação hábil.

XV - Transferência - Havendo necessidade de mudança de domicílio do empregado por necessidade de serviço, todas as despesas decorrentes da transferência correrão por conta das empregadoras, nos termos da lei.

§ 1º - Os empregados associados que tiverem o contrato de trabalho interrompido ou suspenso por auxílio doença, benefício acidentário, licença maternidade, exceto por concessão ou restabelecimento de aposentadoria por invalidez onde os benefícios não poderão ser concedidos, poderão utilizar os benefícios do convênio/plano de saúde e convênio/aquisição de medicamentos, durante o prazo máximo de 12 (doze) meses a contar da data de início da interrupção ou suspensão, desde que efetuem o pagamento correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos custos dos serviços relativos ao plano de saúde e 50% (cinquenta por cento) dos custos relativos à aquisição de medicamentos, diretamente na sede das Empresas, até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao do recebimento do benefício previdenciário.

§ 2º - Caso o empregado não efetue o pagamento correspondente, será permitido às Empresas, a seu exclusivo critério, suspender os benefícios do convênio/plano de saúde e/ou convênio/aquisição de medicamentos e do seguro de vida em grupo por prazo indeterminado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CURSOS OBRIGATÓRIOS DECORRENTES DA LEGISLAÇÃO DE TRANSITO.

Todos os cursos obrigatórios decorrentes da Legislação de Trânsito do CTB (Código de Trânsito Brasileiro), que se fizerem necessários aos Motoristas, serão providos pelas respectivas empregadoras, para aqueles já efetivamente admitidos. Aos novos admitidos, que eventualmente não possuam o curso de capacitação para transporte de passageiros, será custeado pela empregadora, que ficará autorizada ao desconto salarial do efetivamente pago em 03 (três) vezes, sem acréscimo.

§ 1º - Não está incluso no *caput* desta Cláusula, as taxas de renovação da CNH (carteira nacional de habilitação).

§ 2º - O tempo despendido na duração dos cursos, não gerará tempo de efetivo trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - QUEBRA DE CAIXA.

As empresas pagarão aos seus empregados ocupantes das funções **CAIXA, ATENDENTES DE LOJAS, ATENDENTES DE GUICHÊ, MOTO-BOYS e BILHETEIROS** um adicional

salarial de R\$ 41,00 (quarenta e um reais) a título de quebra de caixa, que será destacado com rubrica específica no demonstrativo de pagamento.

Parágrafo único – Reconhecem as partes que tal verba tem caráter indenizatório não integrando ao salário dos empregados para nenhum efeito.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA.

Na dispensa por justa causa, a Empresa comunicará por escrito ao Empregado o artigo legal infringido, enviando cópia ao Sindicato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA.

Todo Empregado que houver sido dispensado sem justa causa terá direito a carta de referência que solicitar, na qual se declarará, no mínimo, o tempo de serviço prestado e o fato de o empregado ter cumprido suas obrigações contratuais.

Parágrafo único - Em caso de pedido de demissão os empregados serão dispensados do cumprimento integral do aviso prévio, podendo as empregadoras pagarem os seus haveres proporcionais aos dias trabalhados, no prazo de 10 (dez) dias.

Contrato a Tempo Parcial

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS JORNADAS REDUZIDAS DE TRABALHO.

As empregadoras poderão admitir novos funcionários para trabalharem em regime de jornada de trabalho reduzida, com salário e demais benefícios, inclusive o ticket de alimentação, concedidos proporcionalmente - Trabalho a Tempo Parcial - a que se refere o artigo 58-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, de acordo com os seguintes critérios:

- a) A jornada de trabalho reduzida não poderá exceder de 25 (vinte e cinco) horas semanais.
- b) No Contrato de Experiência a Tempo Parcial definir-se-á a jornada e os dias da semana em que o empregado deverá cumpri-la.
- c) O repouso semanal terá a duração de 24 (vinte e quatro) horas, com remuneração igualmente proporcional.

- d) Na jornada diária dos empregados submetidos a tempo parcial com remuneração proporcional poderá ser concedido um intervalo intra jornada de no máximo 01 (uma) hora.
- e) Um mesmo empregado poderá ser admitido por duas empregadoras, com jornadas distintas prestadas a cada uma delas, em horários diferenciados, responsabilizando-se cada uma das empregadoras pelo pagamento dos respectivos salários proporcionais, recolhimento dos encargos, depósitos fundiários, anotações contratuais na CTPS. Os funcionários contratados em regime de até 25:00 (vinte e cinco) horas semanais, não poderão ter horas compensadas ou horas extras, exceto quando término de linhas regulares diárias.

Outros grupos específicos

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CONTRATO DE EXPERIENCIA.

Considera-se experiência o período de até 90 (noventa) dias, ao longo do qual empregador e empregado constatarão o recíproco interesse e conveniência à vinculação indeterminada.

Parágrafo único – No período de experiência, o empregado poderá ser remunerado com 90% (noventa por cento) do valor do piso salarial atribuído na função para o qual foi admitido e definido neste ACT, sendo que o conjunto remuneratório a ser percebido pelo empregado não poderá ser inferior ao valor do Piso Estadual de Salário.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Normas Disciplinares

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DIFERENÇAS DE CAIXA.

As diferenças de caixa verificadas nas prestações diárias das contas dos Motoristas e Agentes de Bordo deverão ser reembolsadas às empregadoras no prazo de 24:00 (vinte e quatro) horas. A ocorrência sistemática de diferenças de caixa nas prestações de contas ao longo de seus contratos de trabalho considerar-se-á apropriação indébita, suscetível de punição na forma do artigo 482, da CLT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DISCIPLINA NO TRABALHO.

O pessoal da administração, manutenção e operação subordina-se às disposições previstas na Lei Municipal nº 3283/96 e no Respectivo Código Disciplinar que regulamenta o Serviço de Transporte Coletivo no Município de Joinville e dá outras providências. Além disto:

I - Aos motoristas incumbe, ao iniciarem suas jornadas de trabalho, inspecionar os seguintes componentes do veículo: calibragem dos pneus, eficiência dos freios, situação das luzes,

limpadores de pára-brisas, níveis de água e óleo e nível do combustível no painel do veículo, cabendo-lhes comunicar à empresa ou a seus prepostos quaisquer irregularidades encontradas a fim de que os consertos possam ser efetuados imediatamente.

II - Os empregados poderão ser responsabilizados disciplinarmente pelas empregadoras por quaisquer infrações cometidas no exercício da função, inclusive em relação aos danos comprovadamente causados por dolo ou culpa ao seu patrimônio ou de terceiros, legitimado o desconto em folha de pagamento.

III – As Empresas que forem condenadas judicialmente, com o devido trânsito em julgado da sentença condenatória, poderão executar os descontos nos salários de seus funcionários até o limite legal de 20% (vinte por cento) da remuneração e de forma mensal até a quitação do dano causado, mediante prévio aviso ao Sindicato Laboral.

IV - As multas decorrentes das Infrações de Trânsito no Município, só poderão ser cobradas dos Motoristas, após recorridos e julgados pelo Órgão Competente. Fica facultada ao motorista a renúncia ao direito de recurso, que se dará de forma expressa e por escrito, sendo o valor da multa descontado de sua remuneração na forma do inciso III.

V - Para melhor conforto e higiene dos usuários e do próprio ambiente de trabalho, os Motoristas e Cobradores farão as varrições diárias na parte interna dos veículos, nos pontos finais das linhas, cometimento este já remunerado no salário ajustado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - TRATAMENTO AO PÚBLICO.

Ao pessoal incumbido da operacionalização dos serviços exigir-se-á que o tratamento ao público seja cortês e educado, bem como ainda sejam observadas as regras básicas de higiene pessoal e boa aparência. As empresas orientarão seus empregados no sentido de que não compareçam ao trabalho desprovidos de uniforme.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO.

As empregadoras obrigam-se a fornecer aos seus empregados comprovantes de pagamento de todas as verbas, sejam elas de natureza remuneratória ou indenizatória, discriminando a sequência de todos os componentes da contraprestação pecuniária, inclusive com referência a descontos e contribuições, bem como ainda destacarão, mês a mês, nos demonstrativos individuais de pagamento, as importâncias alusivas aos depósitos fundiários.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FERISTA, FOLGUISTA E PLANTONISTA.

Serão considerados como tais, todos os Motoristas, Agentes de Bordo, Cobradores Rodoviários e Porteiros que tenham por função substituir outros Motoristas, Agentes de Bordo, Cobradores Rodoviários e Porteiros, que estiverem em gozo de férias, repousos semanais ou que houverem faltado ao seu serviço. Os pisos salariais aplicáveis a estes empregados serão os mesmos devidos aos Motoristas, Agentes de Bordo, Cobradores Rodoviários e Porteiros que eles venham a substituir, somente enquanto durar a substituição.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO.

Ressalvadas as situações particulares enunciadas neste acordo, a duração do trabalho será 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Os repousos semanais terão a duração de 24 (vinte e quatro) horas, mais 11 (onze) horas correspondentes ao intervalo inter-jornadas, e serão concedidos em regime de revezamento e coincidirão com o domingo, pelo menos uma vez a cada 7 (sete) semanas.

I - Em decorrência da organização das escalas, dos turnos de trabalho, da natureza e do funcionamento dos serviços, poderão as empregadoras conceder o repouso semanal entre o 4º (quarto) e o 9º (nono) dia consecutivo de trabalho. As partes considerarão, por compensação, regular esta situação se ao obreiro ficar assegurada a concessão mensal, de tantos repousos quantos existentes no mês.

II – Todos os feriados trabalhados serão remunerados com o adicional de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal.

III - Todo o repouso semanal trabalhado que coincidir com o domingo e que no mesmo seja feriado, não será compensado e sim pago na forma do item II.

IV – Para os empregados exercentes de funções administrativas e de manutenção, não será feita a compensação dos feriados coincidentes com o sábado, como também não serão computadas a crédito da empregadora as horas relativas à compensação do sábado e não trabalhadas em razão de feriado ocorrido na semana.

V - O intervalo interjornadas será sempre de 11 (onze) horas consecutivas.

VI - O intervalo para repouso ou alimentação previsto no Artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho, poderá ser ampliado para até 4 (quatro) horas, considerada a especificidade de determinadas linhas de fretamento, mediante acordo escrito entre empregado e empregador, desde que tais linhas de ônibus consideradas específicas pela empresa sejam submetidas a apreciação do sindicato, sendo que este tempo não será computado na jornada de trabalho do empregado, e nem será considerado como tempo a disposição do empregador.

VII - Não configura tempo à disposição das Empregadoras a permanência do veículo com o motorista, em sua residência ou em qualquer outro local em período em que não há prestação de serviço, nos intervalos intrajornadas e interjornadas, reconhecendo as partes que, nestes casos, o motorista não está de sobreaviso, não será convocado para trabalhar e nem será responsabilizado por danos causados por terceiros nos veículos.

VIII - A utilização pelos empregados do transporte coletivo nas linhas regulares do sistema, bem como no transporte especial na falta de linhas regulares, para ida ou retorno ao trabalho não configurará tempo “In- itinere” integrante da jornada de trabalho, tendo em vista que as empresas são as prestadoras do serviço público de transporte coletivo urbano, não possuindo, portanto, a faculdade para determinação do início e/ou fim da jornada de trabalho de seus empregados de modo que sejam compatíveis com os horários atendidos pelas linhas regulares.

IX – Aos empregados que não for concedido o intervalo intrajornada, ou cuja concessão seja parcial, será concedido um adicional remuneratório, nos termos deste acordo, conforme Cláusula Sexta, através do que as partes considerarão regularizada a situação para todos os fins de direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO ADMINISTRATIVO.

Os empregados exercentes de funções administrativas trabalharão sob o regime de compensação da jornada de trabalho de segunda até sexta-feira, sem trabalho aos sábados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO MANUTENÇÃO.

Os empregados exercentes de funções ligadas à manutenção da frota, tais como os mecânicos, lavadores, lubrificadores, ajudantes de serviços e abastecedores, todos mensalistas, as semanas serão de seis dias concedendo-se o repouso semanal sob escala de revezamento devendo coincidir o repouso com o domingo ao menos uma vez por mês.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - JORNADA DE TRABALHO - DURAÇÃO.

Poderão as empregadoras adotar a jornada de trabalho de 06:00 (seis horas) diárias de trabalho de 2ª a 6ª feira e de 12:00 (doze horas) nos Sábados ou Domingos, alternadamente, perfazendo o total de 42:00 (quarenta e duas horas) semanais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA JORNADA NOS SERVIÇOS EM VIAGENS ESPECIAIS, TURISMO E FRETAMENTO.

Os Motoristas em Viagens Especiais, de Turismo e de Fretamento, poderão ser contratados por salário-hora, tendo como hora-base o salário normativo da categoria e o divisor de 220 (duzentas e vinte) horas. O salário dos horistas, assim, será calculado proporcionalmente ao número de horas trabalhadas.

Parágrafo único - A remuneração dos Motoristas contratados por salário-hora, será calculada na forma da Cláusula seguinte e seus parágrafos, tendo como base o dia de efetivo trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DA JORNADA NOS SERVIÇOS EM VIAGENS ESPECIAIS, TURISMO E FRETAMENTO/SEM PERN

Para os Motoristas em Viagem Especiais, de Turismo e Fretamento, sem pernoite, tomar-se-á como base, o total de horas realizadas na viagem, considerando-se como tempo de efetivo trabalho, 7h:20m (sete horas e vinte minutos) da jornada normal ou aquelas de efetiva permanência ao volante, deduzindo-se o intervalo intrajornada de 1:00 (uma) hora. O saldo das horas existentes, se houver, será considerado como tempo a disposição e pago a razão de 1/3 (um terço), calculado com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal, garantindo sempre o salário contratual do motorista, mesmo se realizado jornada inferior a de 07h:20m (sete horas e vinte minutos).

§ 1º - Aos Motoristas que trabalharem predominantemente em viagens sem pernoite, considerar-se-ão os dias em que não houver viagens, como período de sobreaviso, garantindo-se o pagamento do repouso semanal remunerado.

§ 2º - Aos Motoristas de sobre-aviso, será garantida a remuneração de 1/3 (um terço) da jornada normal de 7h:20m (sete horas e vinte minutos), ou seja, 2h:40m (duas horas e quarenta minutos).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA JORNADA NOS SERVIÇOS EM VIAGENS ESPECIAIS, TURISMO E FRETAMENTO/COM PERN

Para os Motoristas em Viagem de longa duração as pernoites de descanso serão consideradas como intervalo interjornadas, com duração de 11:00 (onze) horas. Para efeito de remuneração, tomar-se-á como base a jornada de 24:00 (vinte e quatro) horas, considera-se como tempo de efetivo trabalho 7h:20m (sete horas e vinte minutos) da jornada normal ou aquelas de efetiva permanência ao volante, deduzindo-se o intervalo intrajornada de 1:00 (uma) hora. O Saldo das horas existentes, será considerado como tempo a disposição e pago à razão de 1/3 (um terço), calculado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal, garantindo sempre o salário contratual do motorista, mesmo se realizado jornada inferior a de 07h:20m (sete horas e vinte minutos).

§ 1º - Para o cálculo da remuneração acima previsto, nos dias de partida e de chegada, serão consideradas as horas efetivamente trabalhadas.

§ 2º - Para atendimento a legislação de Trânsito, os Motoristas em viagens de longa duração, deverão revezar-se a cada 6:00 (seis) horas de efetiva permanência ao volante.

§ 3º - Aos Motoristas que trabalharem predominantemente em viagens com pernoite, considerar-se-á como dia de repouso, aqueles em que não houver viagens.

§ 4º - As jornadas de trabalho dos Motoristas em Viagens Especiais, de Turismo e de Fretamento, poderão ser controladas através de papeleta externa individual e preenchida pelos

mesmos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - JORNADA DE TRABALHO DOS VIGILANTES/RECEPCIONISTAS.

Com base no art. 7º, inciso XIII, da Constituição Federal, fica facultado à empresa e respectivos empregados estabelecerem acordo de prorrogação e compensação de horário de trabalho, possibilitando estabelecer jornada de trabalho de 12 (doze) horas com 36 (trinta e seis) horas de descanso. Igualmente estabelecem a adoção da jornada de trabalho de 06 (seis) horas de 2ª à 6ª feira – período diurno – e de 12 (doze) horas nos sábados ou domingos, alternadamente, perfazendo 42 (quarenta e duas) horas semanais, com homologação pela entidade sindical.

§ 1º - As partes convencionam que à partir de 01/01/2012 a remuneração do empregado submetido ao regime 12 X 36 será composta das seguintes rubricas salariais:

I - A empresa GIDION S/A pagará da seguinte forma:

a) 12 X 36 – Diurno

Salário Base.....R\$ 676,00
30 horas normais a título de intervalo intra jornada não concedido.....R\$ 92,00

b) 12 X 36 – Noturno

Salário Base.....R\$ 676,00
Adicional NoturnoR\$ 75,00
Prorrogação Jornada Noturna.....R\$ 19,00
30 horas normais a título de intervalo intra jornada não concedido.....R\$ 92,00

II - A empresa TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA. pagará da seguinte forma:

a) 12 X 36 – Diurno:

Salário Base.....R\$ 961,86
30 horas normais a título de intervalo intra jornada não concedido.....R\$ 131,40

b) 12 X 36 – Noturno

Salário Base.....R\$ 961,86
Adicional NoturnoR\$ 92,40
Prorrogação Jornada Noturna.....R\$ 25,20
30 horas normais a título de intervalo intra jornada não concedido.....R\$ 131,40

§ 2º - A adoção desse regime contempla a previsão constante do art. 5º, da Lei nº 605/49.

Descanso Semanal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - FOLGA DOS MOTORISTAS.

Para fins de horas trabalhadas, aplica-se o disposto no *caput* das Cláusulas Vigésima Nona e Trigésima também para os motoristas de linhas regulares, em viagens especiais, de turismo e fretamento, sendo-lhe garantida uma folga na mesma semana do trabalho realizado.

Parágrafo único - Caso haja a inobservância deste preceito pelas Empresas, as horas trabalhadas deverão ser remuneradas com o acréscimo de 100% (cem por cento).

Controle da Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DOS SISTEMAS ALTERNATIVOS ELETRONICOS DE CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO.

As empresas poderão utilizar sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho dos seus empregados, permitindo a comprovação da presença do empregado ao serviço nos termos das diretrizes estabelecidas na legislação vigente.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - LAUDOS AMBIENTAIS.

As empresas procederão ao levantamento ambiental de todos os locais de trabalho e obrigam-se a pagar aos empregados exercentes de funções consideradas insalubres ou perigosas os adicionais nos graus indicados nos respectivos laudos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - TESTE DO "BAFOMETRO" E MONITORAMENTO ELETRONICO.

Tendo em vista a preocupação das empresas na segurança dos usuários do transporte coletivo e de toda a comunidade, fica facultado às empregadoras a aplicação do teste de bafômetro em todos os seus empregados, bem assim, visando a segurança coletiva no ambiente de trabalho, a monitorá-lo por meio de câmeras, permitida a revista, quando aleatória, em pertences do empregado e por pessoa do mesmo sexo.

Uniforme

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - UNIFORMES.

Obrigam-se as empresas a fornecer ao pessoal incumbido da manutenção, aos motoristas, fiscais, agentes de bordo, bilheteiros, cobradores rodoviários e supervisor de venda que forem admitidos, duas calças e três camisas, quantidade esta que as partes entendem suficientes pelo prazo de 1 (um) ano, após o que, salvo exceções, serão feitas as reposições. Por ocasião das dispensas, pedidos de demissão ou término de contrato de experiência sem continuidade do serviço, poderão as empregadoras exigir dos empregados a devolução dos uniformes.

Exames Médicos

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - EXAMES MÉDICOS.

As despesas relativas aos exames pré-admissionais, periódicos e demissionais correrão por conta das empregadoras, as quais obrigam-se também a aceitar atestados emitidos por médicos e dentistas do INSS ou do Sindicato da Categoria, para todos os efeitos legais, sendo obrigatória a indicação no atestado médico do CID (Código Internacional de Doenças) e registro em órgão de classe do profissional da saúde, sem os quais os atestados não serão aceitos. Do mesmo modo, havendo indicação pelo médico de medicamentos, o atestado somente será aceito se acompanhado da receita médica referente a consulta originária do atestado, com a respectiva nota fiscal da farmácia, comprovando a compra do medicamento receitado.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - QUADRO DE AVISOS SINDICAIS.

As empresas obrigam-se a manter em suas dependências, em local visível e de acesso aos empregados, um quadro para uso do sindicato para veiculação de avisos, convocações, anúncios, publicações, textos legais e notícias gerais de interesse da classe, vedado o uso do quadro para fins político partidários, ou com o manifesto interesse injurioso ou ofensivo à honra e à reputação das empresas ou de seus diretores.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - MENSALIDADE DO SINDICATO.

As empresas descontarão em folha de pagamento, a crédito do Sindicato Laboral, os valores relativos às mensalidades dos associados, mediante ficha de inscrição de sócio. O repasse da mensalidade ao Sindicato Laboral dar-se-á até o segundo dia subsequente ao mês em que houver sido efetuado o desconto, sendo que as empresas encaminharão mensalmente ao Sindicato a relação nominal dos associados.

Direito de Oposição ao Desconto de Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DIREITO DE OPOSIÇÃO AO DESCONTO DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS.

As empresas descontarão de todos os trabalhadores beneficiados por este instrumento coletivo de trabalho conforme aprovado na assembléia geral extraordinária da entidade profissional, o percentual de 3,00% (tres por cento) da remuneração base de seus funcionários até o teto máximo de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), dividida em 06 (seis) parcelas de 0,5% (zero virgula cinco por cento), nos meses de Janeiro/2012, Março/2012, Maio/2012, Julho/2012, Setembro/2012 e Novembro/2012, para serem aplicados no atendimento social do Sindicato, recolhendo o total descontado em conta bancária do sindicato profissional, até o 10º dia posterior ao desconto, através de guia por este fornecida, sendo que o vencimento da primeira parcela dar-se-á no dia 15 (quinze) de fevereiro de 2012.

Parágrafo único - Fica estabelecido o direito de oposição dos trabalhadores não associados, na forma da MEMO CIRCULAR SRTE/MTE Nº 04 DE 20/01/2006, a seguir transcrita: “Para exercer o direito de oposição, o trabalhador deverá apresentar, no sindicato carta escrita de próprio punho, no prazo de 10 dias antes do primeiro desconto, após o depósito do instrumento coletivo de trabalho na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Santa Catarina, e divulgação do referido instrumento pelo Sindicato Profissional. Havendo recusa do sindicato em receber a carta de oposição, essa poderá ser remetida pelo correio, com aviso de recebimento”.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - SOLUÇÃO DE CONFLITOS.

Os dissídios coletivos porventura resultante das relações de trabalho previstas neste acordo serão dirimidos obrigatoriamente através de uma fase administrativa preliminar conciliatória, da qual lavrar-se-á termo declaratório da conciliação ou acordo com força de lei perante as partes. Não havendo acordo, lavrar-se-á termo de dissidência sujeito a exame judicial.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO.

Este Acordo Coletivo de Trabalho regulamenta as relações laborais envolvendo direitos e obrigações dos empregados vinculados ao serviço de Transporte Coletivo e das empresas empregadoras signatárias deste instrumento, não se aplicando aos empregados exercentes de profissão ou ofício regulamentados por leis especiais, como é o caso dos Médicos, Contadores,

Administradores de Empresas, Telefonistas, Cirurgiões Dentistas, Secretários Executivos, Advogados, Enfermeiros, Técnicos de Segurança do Trabalho e outros.

Outras Disposições

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - NEGOCIAÇÕES COLETIVAS.

Nas negociações salariais, serão sempre consideradas, através de compensação, as antecipações porventura concedidas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - ASSINATURAS

Por estarem de comum acordo, firmam este acordo em 6 (seis) vias de igual teor e forma, nas presenças e em conjunto com duas testemunhas, facultando-se ao Sindicato o Registro e Arquivo deste instrumento junto ao órgão competente, para todos os efeitos legais.

Joinville, 1º de Janeiro de 2012.

RUBENS MULLER

Presidente

SIND TRAB EMPRESAS TRANSP RODOV DE PASSAGEIROS DE JLE

CARLINHO BOGO

Diretor

GIDION S/A - TRANSPORTE E TURISMO

MOACIR LUIZ BOGO

Diretor

GIDION S/A - TRANSPORTE E TURISMO

HUGO FRANCISCO HOFFMANN

Diretor

TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA

VILMAR HARGER

Diretor

TRANSPORTE E TURISMO SANTO ANTONIO LTDA

MOACIR LUIZ BOGO

Diretor

PASSEBUS ADMINISTRADORA LTDA

VILMAR HARGER

Diretor

PASSEBUS ADMINISTRADORA LTDA

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .